

José Cruz



Inácio Arruda, Maurício Azedo, Garibaldi Alves, Fernando Tolentino e Julieta Cavalcante participam da homenagem à ABI

## Garibaldi Alves elogia críticas de jornalistas às medidas provisórias

Durante a homenagem do Senado aos cem anos da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), o presidente da Casa, Garibaldi Alves, elogiou os jornalistas que criticam

o excesso de medidas provisórias editadas pelo Executivo. O fato, disse, mostra a atualidade da organização e que se mantém acesa a chama dos jornalistas. **Página 3**



J. Freitas

Creuza Oliveira, Eloi Ferreira, Paim, Fátima Cleide e Ezequiel Nascimento

### Discriminação do trabalhador doméstico

A presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos, Creuza Maria Oliveira, disse, em audiência na Comissão de Direitos Humanos, que a legislação discrimina profissionais da área ao não garantir direitos como FGTS e imposto sindical. **Página 8**

### Área de Minas na Sudeco gera polêmica

Idéia em estudo no governo é rejeitada por senadores do Centro-Oeste. **Página 6**

### Serys quer cumprir prazos para votar LDO

Entendimento com lideranças é o caminho anunciado pela relatora da proposta. **Página 2**

### Senado e TSE lançam guia sobre as eleições

O Instituto Legislativo Brasileiro, do Senado, e o Tribunal Superior Eleitoral lançaram ontem o *Guia do Eleitor Cidadão*, com dicas sobre como escolher bons candidatos nas eleições municipais. **Página 2**

Impresso Especial  
5362005/DR/BSB  
SENADO FEDERAL  
CORREIOS



J. Freitas

Segundo Efraim Morais, cartilha pode ajudar eleitor a escolher bons representantes

## CPI já sabe quem sacou nos fins de semana

Valores dos saques e pagamentos também constam de documento da comissão que investiga o uso de cartões corporativos

**R**elatório do deputado Carlos Sampaio mostra que, entre junho de 2002 e fevereiro deste ano, foram sacados R\$ 3.805.116,18 e pagos R\$ 1.578.056,25, sempre em fins de semana, com cartões corporativos. O levantamento traz também os nomes de quem realizou as operações. Segundo o parlamentar, o uso do cartão corporativo só é autorizado durante a semana. Mas, ressaltou, o levantamento não evidencia se houve irregularidade. A indicação de deputados opositoristas como relatores feita pela senadora Marisa Serrano, presidente da CPI Mista dos Cartões, provocou protestos do relator, deputado Luiz Sérgio, que nomeara governistas para os cargos. **Página 5**

Relatora quer garantir a votação, no dia 11 ou 12 de julho, pelo Congresso Nacional, do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009

# Serys busca acordo para cumprir cronograma da LDO

A relatora da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2009, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), anunciou que buscará entendimento com todas as lideranças partidárias do Congresso Nacional a fim de que os prazos do cronograma de trabalho da Comissão Mista de Orçamento (CMO) para apreciação da matéria sejam obedecidos. Somente assim, observou, o relatório da LDO poderá ser votado pelo Congresso no dia 11 ou 12 de julho, como está previsto.

Na reunião de ontem com coordenadores de bancadas estaduais e do Distrito Federal, ficou acertado que eles deverão apresentar as cinco emendas (por bancada) a que têm direito na LDO dentro da previsão do Plano Plurianual (PPA) para 2008/2011.



Serys Slhessarenko (segunda à esquerda) participa de reunião da Comissão de Orçamento com coordenadores de bancadas estaduais

Serys informou que a emenda não será acolhida caso reserve recursos, por exemplo, para a construção de uma rodovia não prevista nas ações do PPA. O

plano estabelece diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para um prazo de quatro anos.

– A reunião com os coordena-

nadores foi bastante profícua e espero que as emendas cheguem à Comissão de Orçamento ajustadas ao PPA – afirmou.

Senadores e deputados têm

direito a apresentar cinco emendas, individualmente, à CMO. O mesmo número é permitido para cada uma das 27 bancadas estaduais e do DF e também às comissões permanentes do Senado e da Câmara.

As audiências públicas para debater a LDO começam na próxima semana e vão até 9 de maio. Está previsto, inclusive, o comparecimento do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo. O relatório preliminar deverá ser votado em 13 de maio.

O prazo para apresentação de emendas foi fixado para os dias 14 e 15 de maio. Logo em seguida, a comissão viajará a alguns estados para apresentar o texto da LDO a governadores, a deputados estaduais e a lideranças.

## Senado e TSE lançam o Guia do Eleitor Cidadão

Foi lançado ontem o *Guia do Eleitor Cidadão – Eleições 2008*, publicado pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), do Senado, e pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O 1º secretário da Casa, Efraim Morais (DEM-PB), afirmou durante a cerimônia que a cartilha fornece esclarecimentos aos eleitores para tornar os resultados das eleições “mais sábios”.

– O guia objetiva educar o cidadão soberano, para assim melhorar a qualidade dos representantes e fortalecer a democracia – disse Efraim.

O presidente do TSE, ministro Marco Aurélio Mello, ressaltou que a sociedade brasileira “não é vítima, é autora”, ou seja, que o poder do voto é exercido pelos



Efraim Morais (E) e Marco Aurélio Mello apresentam a cartilha com dicas para as eleições

cidadãos, que, na soma de seus votos individuais, escolhem seus representantes.

A tiragem da publicação será de 1 milhão de exemplares, a serem distribuídos gratuitamente nos tribunais regionais eleitorais. Com 54 páginas, o guia foi redigido na

forma de perguntas e respostas e também apresenta dados sobre partidos políticos e campanhas eleitorais, além de dar dicas de como fiscalizar os eleitos, com foco nas eleições municipais. A diretora do ILB, Denise Zoghbi, participou do lançamento.

## Plenário aprova voto de louvor à ex-presidente do STF Ellen Gracie

O Senado aprovou ontem requerimento de Tasso Jereissati (PSDB-CE) e outros senadores de voto de louvor à ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) ministra Ellen Gracie Northfleet, cujo mandato encerrou-se na quarta-feira.

O requerimento justifica a homenagem pelo “brilhante desempenho” apresentado como magistrada, além de seu “profundo saber jurídico”. Na defesa da matéria, Sibá Machado (PT-AC) parabenizou a iniciativa e elogiou a gestão da ministra.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Sessão do Plenário começa às 9h

A sessão, marcada para as 9h, é não-deliberativa e destina-se a pronunciamentos de parlamentares. Entre os inscritos, estão os senadores Paulo Duque (PMDB-RJ) e Mão Santa (PMDB-PI).

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho  
 1º Vice-Presidente: Tião Viana  
 2º Vice-Presidente: Alvaro Dias  
 1º Secretário: Efraim Morais  
 2º Secretário: Gerson Camata  
 3º Secretário: César Borges  
 4º Secretário: Magno Malta  
 Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro  
 Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
 Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios  
 Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves  
 Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333  
 Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck  
 Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva  
 Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Morais  
 Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima  
 Arte: Cirilo Quartim  
 Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332  
 Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
 Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670  
 Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli (61) 3311-1151  
 O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
[www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) | [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
 Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137  
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – 70165-920 Brasília (DF)

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Gerson Camata, Eduardo Suplicy e Mão Santa

Senadores destacam a importância da Associação Brasileira de Imprensa nos principais fatos históricos do país nos últimos cem anos

## “Feriado não deve impedir as votações”

Questionado ontem sobre a possibilidade de não haver votações na próxima semana em razão do 1º de Maio, que ocorrerá numa quinta-feira, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, disse que o feriado prolongado não é impedimento para votações.

– Olha, esse feriado não vai impedir que possamos votar na terça, já que, na quarta, alguns parlamentares poderão se ausentar. Agora, ficar a semana toda sem deliberar acho que será um equívoco. Nós temos uma pauta toda, temos duas MPs [medidas provisórias] que estão trancando a pauta. Nós poderíamos votar as MPs e os projetos.

De acordo com o presidente da Casa, o PSDB, o DEM e o PSB já lhe enviaram várias sugestões de matérias que estão prontas para deliberação. Além disso, acrescentou, há interesse da Casa em retomar as votações, que não aconteceram devido às medidas provisórias.

– Nós precisamos votar. Então, vamos deixar de lado essa conversa de feriado. Feriado não conjuga com votar – disse ele.

### Cartões

Na entrevista, Garibaldi ouviu de um repórter que o deputado Luiz Sérgio (PT-RJ), relator da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Cartões Corporativos, cultiva a idéia de o Legislativo adotar cartões corporativos para substituir a verba indenizatória recebida por parlamentares. O deputado avalia que a medida daria mais transparência aos gastos.

– Isso é o tipo da questão que merece só uma resposta: seguro morreu de velho. Nós temos que ter cautela com relação à criação de cartões corporativos. Eu não estou dizendo que não seja uma boa iniciativa. Pode ser. Mas, às vezes, as boas intenções e iniciativas esbarram em dificuldades e problemas, como é o caso desses cartões agora – disse Garibaldi.



Garibaldi Alves (3º à esquerda) preside a homenagem ao centenário da ABI. À mesa, Inácio Arruda (E), Maurício Azedo e Fernando Tolentino

## Garibaldi ressalta as críticas da imprensa às medidas provisórias

As críticas feitas por jornalistas ao excesso de medidas provisórias demonstram a atualidade das lutas da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), disse ontem o presidente do Senado, Garibaldi Alves, durante solenidade em homenagem aos cem anos da entidade. A sessão especial foi realizada a requerimento do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE).

– Hoje, os jornalistas mantêm essa chama acesa, quando combatem as medidas provisórias, que tanto humilham o Congresso Nacional, que tanto fazem dele uma instituição de um papel caudatário. Temos consciência de que, sem a imprensa, nossa voz daqui não sairia, não inundaria os corações dos brasileiros – enfatizou Garibaldi.

No primeiro pronunciamento da sessão, Inácio Arruda recordou a fundação da ABI pelo jornalista Gustavo de Lacerda, em 1908. Inicialmente voltada à prestação de assistência aos profissionais de imprensa, como lembrou o senador, a associação passou a desempenhar um papel cada vez mais relevante na defesa das liberdades democráticas. A sede da instituição, no Rio de Janeiro, foi palco de entrevistas históricas – como as concedidas por Fidel Castro, Che Guevara e Bob Kennedy – e de reuniões que lançaram campanhas – como a “O Petróleo é Nosso”, que resul-

tou na criação da Petrobras.

– Expresso nossa gratidão, minha e do Partido Comunista do Brasil, à ABI, e renovamos nossa confiança no trabalho dessa entidade. Que ela prossiga empreendendo o mesmo esforço que outrora resultou na conquista e na consolidação da democracia, desta vez rumo à crescente ampliação da cidadania e da justiça social – afirmou Inácio Arruda.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) lembrou o papel da ABI na luta pela liberdade e em defesa da cultura nacional. O primeiro cineclubista do Brasil, ressaltou, foi criado pela associação. A entidade também participou decisivamente, destacou, de campanhas políticas como as da luta pela anistia, pelo fim da censura prévia, pelas eleições diretas e pela realização de uma Assembléia Nacional Constituinte.

– Em uma hora em que o Brasil vive sem referências, nós prestamos uma homenagem cívica a nossas referências mais queridas, mais puras. A ABI é um orgulho do Brasil, um orgulho de nosso povo – observou Simon.

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) concordou com Simon, ao afirmar que a ABI

é necessária para se “dar um rumo à sociedade brasileira”. Por sua vez, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ressaltou a necessidade de se buscar um jornalismo com responsabilidade. Para ela, não se pode permitir que continue a avançar o que chamou de “onda denunciante”. A imprensa, a seu ver, “deve informar, não julgar e condenar indivíduos”.

Ao lembrar a contribuição do Piauí para a história da imprensa brasileira, o senador Mão Santa (PMDB-PI) mencionou o exemplo do jornalista Carlos Castello Branco, que durante muitos anos foi titular de uma coluna de política no *Jornal do Brasil*.

“Os jornalistas mantêm a chama acesa quando combatem as MPs, que tanto humilham o Congresso Nacional”

Após agradecer a homenagem, o presidente da ABI, jornalista Maurício Azedo, reforçou o elogio a Castello Branco, a quem definiu como “o mais competente e admirado cronista político que o Brasil já teve”. Azedo também ressaltou o papel de jornalistas como Barbosa Lima Sobrinho, qualificando-o de “patrono” da associação. Estiveram presentes à homenagem o diretor da Imprensa Nacional, Fernando Tolentino, e a subprocuradora-geral da República, Julieta Cavalcanti Albuquerque.

## “Governo precisa dizer por que não pode pagar”

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, afirmou que o governo deveria contribuir mais para o debate, “mostrando números”, sobre a intenção de derrubar na Câmara o projeto que estende a aposentados o percentual de reajuste do salário mínimo.

– O governo diz que o sistema previdenciário não pode arcar com esse aumento de despesa. Eu acho que o governo deveria dizer por que não pode pagar. Enquanto isso o debate vai continuar. E a Câmara poderá oferecer o mesmo desfecho dado ao assunto pelo Senado, mas eu não sei, eu não posso interferir no debate da Câmara.

Garibaldi explicou que o Senado só decidiu garantir aos aposentados o reajuste anual dado ao mínimo depois de debater exaustivamente o tema. O projeto aprovado pelo Senado prevê reajustes pela inflação, acrescidos de percentuais calculados segundo a variação do produto interno bruto (PIB), para cerca de 25 milhões de aposentados e pensionistas.

### Supremo

Garibaldi foi também indagado sobre as afirmações do novo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, contrárias ao número excessivo de medidas provisórias. O senador voltou a dizer que o excesso no uso desse instrumento não é bom para a democracia.

– Eu entendo que as medidas provisórias não podem continuar assim. Elas se constituem em uma afronta ao regime democrático. Não se trata mais de um grito solitário do Legislativo, que se sente asfixiado.

Sobre a hipótese de plebiscito a respeito de um terceiro mandato para o presidente Lula, Garibaldi mostrou dúvidas quanto à proposta.

– O povo tem condições de opinar sobre qualquer coisa. Eu não sei se é oportuno agora realizar plebiscito.

Fotos: Geraldo Magela



**Ideli diz que portos privados não escoariam só a produção agrícola própria**

## Ideli adverte que emenda aprovada na Câmara pode prejudicar portos públicos

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) chamou a atenção para uma emenda inserida pela Câmara na medida provisória (MP) que trata da prorrogação do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto). O dispositivo, segundo explicou, vai permitir a criação de portos privados, quando a Constituição determina que só haja portos públicos ou concessões. A matéria (MP 412/07) foi aprovada pela Câmara na última quinta-feira

e deverá chegar em breve ao Senado.

Para Ideli, os interessados em abrir portos privados – em tese para escoar rapidamente a produção agrícola própria – acabam fazendo competição desleal com os portos públicos. Conforme adiantou, o enfrentamento dessa questão será em “termos de concepção do papel do Estado”.

– Deter o controle dos portos é um fator de soberania – salientou.

A senadora mencionou ainda

a realização, ontem, de reunião do Conselho Político com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando se debateu a questão das fontes para financiar projetos recém-aprovados pelo Senado, como a regulamentação da Emenda Constitucional 29 (PLS 121/07 – Complementar) e o fim do fator previdenciário (PLS 296/03). Segundo adiantou a parlamentar, o argumento do governo é que não há “como dar continuidade ao que aprovaram aqui [no Senado]”, assim como

não é possível deixar a saída “na mão da Câmara”, onde as matérias aguardam exame dos deputados.

Ideli também parabenizou os trabalhadores químicos da indústria farmacêutica de São Paulo. A categoria conquistou, em recente convenção coletiva, a inclusão de recomendação para que as empresas reconheçam a união estável de pessoas do mesmo sexo, em relação aos direitos sociais e trabalhistas, seguro de vida, convênios e outros benefícios.

## Suplicy se oferece para negociar libertação de Ingrid Betancourt

Representante de São Paulo entende que o resgate da ex-senadora colombiana interessa à humanidade e a todos aqueles que defendem e lutam pela liberdade pela democracia

“Posso atravessar a fronteira do Brasil com a Colômbia e entrar pela floresta, desde que me indiquem o local”, disse na tarde de ontem o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), dirigindo um apelo aos líderes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).

A oferta do parlamentar petista teve como objetivo estabelecer contatos que permitam a libertação da ex-senadora colombiana Ingrid Betancourt, mantida como refém pelos narcoguerrilheiros desde fevereiro de 2002. Em precárias condições de saúde, segundo as agências de notícia internacionais, Ingrid é uma das cerca de 40 pessoas seqüestradas pelas Farc para serem trocadas por integrantes do grupo presos pelo governo da Colômbia.

Suplicy afirmou também que, se for o caso, poderá ir a Bogotá, capital da Colômbia, para de lá abrir os canais de entendimento possíveis num momento em que as negociações foram interrompidas em todas as frentes: Colômbia, França e Venezuela. A interrupção do diálogo deixou o senador ex-



**Suplicy se oferece para negociar com as Farc após fracasso de iniciativas governamentais**

tremamente preocupado.

– Espero que este apelo chegue à floresta [onde as Farc têm seus esconderijos], porque a libertação de Ingrid interessa não só a ela e a sua família, mas igualmente à humanidade e a todos os que defendem a democracia e a liberdade – enfatizou Suplicy, visivelmente emocionado.

O senador leu um extrato do pensamento da ex-senadora publicado em livro do sociólogo e jornalista Guillermo Solarte Lindo. “A Política é o exercício que todo ser humano faz quando

trata de sonhar um entorno ideal, portanto é um exercício coletivo, histórico, de melhoramento de condições. Creio que os sonhos são o que finalmente moldaram a história do mundo”, diz Ingrid, a certa altura da entrevista a Solarte.

Em outro trecho, Ingrid faz crítica severa aos corruptos: “Nada do que propusemos tem a possibilidade de ser aplicado dentro de um

Estado corrupto. Na Colômbia, persiste um clientelismo que matou o país, porque nenhuma das decisões foi tomada com o rigor que pode se pressupor de um Estado que funcione em termos de honestidade”.

O neoliberalismo também foi alvo dos comentários de Ingrid: “Uma coisa é o capitalismo e outra coisa é o neoliberalismo. O que está legitimando o neoliberalismo é um capitalismo ascendente que sustenta o consumismo, e o consumismo é a produção do desperdício”.

## Camata diz que previu crise secular com Paraguai por causa de Itaipu

Gerson Camata (PMDB-ES), ao discursar ontem, lembrou que, em 1976, quando era deputado federal, advertiu que a concretização da usina binacional de Itaipu poderia trazer problemas para o Brasil e criar “uma encrência secular e internacional” para o país. Assinado em 1973, o Tratado de Itaipu vale até 2023.

– E eu dizia que o Paraguai não tinha, naquela época, e me parece que até hoje não tem, a personalidade jurídica de país assentado para assinar um acordo que fosse durar tantos anos. Eu fiz uma profecia, infelizmente – lamentou.

Na opinião do senador, o presidente eleito do Paraguai, Fernando Lugo, usou, de maneira demagógica, a promessa de revisão do tratado durante sua campanha, e



**Gerson Camata: pleito paraguaio vai gerar aumento do preço da energia**

os consumidores brasileiros devem se preparar para pagar mais pela energia elétrica.

Segundo Gerson Camata, caso o Brasil aceite revisar o tratado, deveria exigir algo em troca do Paraguai, como uma fiscalização mais eficiente da fronteira entre os dois países.

## Arruda exalta vitória do ex-bispo Fernando Lugo

Ao comentar a recente eleição de Fernando Lugo para a presidência do Paraguai, o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) informou que os paraguaios também escolheram no último domingo os 18 representantes do país para o Parlamento do Mercosul. Ele ressaltou o fato de serem esses os primeiros parlamentares eleitos pelo voto especificamente para atuar na instituição, o que deve ocorrer nos outros países membros do bloco nos próximos anos. Para o senador, o Parlamento do Mercosul vem, aos poucos, ganhando “grande fôlego e destaque”.

Inácio Arruda afirmou que a eleição do chamado “bispo dos pobres” – como ficou conhecido o ex-bispo Fernando Lugo – sig-



**Inácio Arruda ressalta eleição de deputados paraguaios para o Mercosul**

nifica o fim de “seis décadas de comando de uma oligarquia” no Paraguai.

Inácio Arruda lembrou que o principal tema da campanha de Lugo foi a revisão do Tratado de Itaipu. O senador considerou importante que Brasil e Paraguai discutam o assunto de forma equilibrada e amistosa, tomando por base as realidades de cada país. Em aparte, Cristovam Buarque (PDT-DF) elogiou a política externa do governo brasileiro.

## Política colombiana estudou em instituto de Paris

Natural de Bogotá, Ingrid Betancourt Pulecio nasceu em dezembro de 1961. Quando foi presa pelas Farc, era, além de senadora, ativista anticorrupção. Foi seqüestrada quando estava em campanha para as eleições presidenciais.

Filha de um ex-senador e embaixador colombiano com uma ex-miss – respectivamente Gabriel Betancourt e Yolanda Pulecio –, viveu boa parte de sua juventude em Paris, onde o pai servia como embaixador na Unesco. Estudou Ciências

Políticas no Instituto de Estudos Políticos de Paris. Seu ambiente familiar propiciou-lhe o convívio com grandes expoentes da cultura, entre eles o poeta Pablo Neruda. Teve dois filhos de seu primeiro casamento na França.

## Jarbas Vasconcelos conclama oposição a combater “mediocridade” na política

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) conclamou a oposição a se organizar para combater “essa praga da mediocridade” que tomou conta da política, do governo e da sociedade. De acordo com o senador, não é de surpreender que a política, especialmente no Parlamento, obtenha tão baixos índices de aprovação nas pesquisas de opinião pública, pois

os valores que deveriam nortear essa prática estão completamente desvirtuados.

– Mente-se da forma mais descarada, sem qualquer sinal de timidez ou de vergonha. O cinismo e a desfaçatez estão se transformando em virtudes anunciadas. Manipula-se escancaradamente a verdade olhando nos olhos do manipulado. Ta-

manho desvio não pode resultar em coisa boa. A mediocridade campeia. O fato é desfavorável ao poderoso de plantão? Muda-se o fato. Agressores se transformam em agredidos. Vítimas, em criminosos – protestou.

Jarbas Vasconcelos salientou que, já no primeiro mandato, o presidente Lula dava sinais de que não saberia valorizar as

agendas política e econômica. Na análise do senador, o governo se perdeu na hora de negociar a montagem da sua base de apoio no Congresso Nacional.

– Esse atalho para obter a maioria foi o caminho mais curto para o escândalo do mensalão, no qual o apoio parlamentar foi comprado como um pacote de manteiga no supermercado.



Jarbas acusa o governo de se perder na hora de negociar base de apoio

Gerardo Magela

## Sibá diz que renda maior, e não biocombustível, encarece alimentos



Sibá afirma que Embrapa terá mais recursos para incrementar produtividade

Sibá Machado (PT-AC) aplaudiu ontem o trabalho realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que completou 35 anos e cujas pesquisas aumentaram a produtividade do agronegócio brasileiro. O senador também rechaçou declaração de representante da Organização das Nações Unidas (ONU) que responsabilizou a produção de biocombustíveis pelo aumento no preço mundial dos alimentos.

Segundo Sibá, a União Europeia não pode concorrer com

o Brasil no que se refere a essa nova fonte de energia.

– Na falta dessa competitividade, os europeus lançam essa idéia desesperadora e muito infame.

### Renda

Sobre o crescimento no preço dos gêneros alimentícios, o senador adotou tese defendida pelo presidente Lula de que esses gastos estariam subindo porque países como Índia, China e Brasil investiram no processo de redistribuição de renda, aumentando, assim, a demanda por gêneros de primeira necessidade.

Para continuar incrementando a produtividade agrícola do país, Sibá considerou importante o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da Embrapa.

– Haverá a transferência de mais de R\$ 900 milhões, mais o orçamento da Embrapa, até 2010, para fortalecer a rede de pesquisa, contratar pessoal (serão 750 novos pesquisadores), além do pessoal necessário para apoio e da criação de outros centros de pesquisa – comentou.

## CPI investiga gastos e saques com cartões em fins de semana

Sub-relator explica que, em princípio, não é permitido o uso de cartões em fins de semana, a menos que a autoridade esteja cumprindo agenda oficial

Já está pronto o primeiro volume de informações organizado pelo sub-relator de Sistematização da CPI dos Cartões Corporativos, deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP). O volume reúne todos os pagamentos e saques em dinheiro feitos em fins de semana com cartões corporativos do governo federal, entre junho de 2002 e fevereiro de 2008.

Carlos Sampaio explicou que, a partir de agora, o sub-relator de Fiscalização dos Gastos, deputado Índio da Costa (DEM-RJ), deixará de analisar as caixas de documentos enviadas pelo governo e baseará sua investigação nesses levantamentos. O próximo volume de informações a ser organizado, adiantou, conterá gastos e saques feitos em fins de semana com os cartões corporativos da Presidência da República.

Na capa do documento, o deputado por São Paulo destacou os três maiores sacadores em fins de

semana: João Belmiro Serra, da Agência de Telecomunicações no Amazonas, com R\$ 21.170; Carlos Moreira, do Distrito de Meteorologia em Belém, com R\$ 12.850; e Raimundo B. Silva, da Superintendência do Trabalho, no Pará, com R\$ 11.800.

Os maiores gastos em pagamentos com cartão em fins de semana são da ex-ministra da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, com R\$ 51.269,04; do reitor da Universidade Federal de São Paulo, Ulisses Fagundes Neto, com R\$ 37.282,90; e de Afonso Ribeiro, do Instituto Nacional de Metrologia, com R\$ 21.218,08.

### Totais

Na soma geral, os saques realizados por 2.692 portadores de cartão corporativo totalizam R\$ 3.805.116,18 e os pagamentos com cartão feitos por 2.537 portadores totalizam R\$ 1.578.056,25. O sub-relator ainda forneceu um CD contendo 60 mil documentos referentes a essas despesas.

Carlos Sampaio explicou que, como regra, não é permitido o uso dos cartões corporativos em fins de semana, a menos que a autoridade esteja cumprindo agenda oficial. Segundo admitiu, esse primeiro levantamento não aponta se houve irregularidade. Essa análise será feita por Índio da Costa, que investigará os gastos e os saques a partir das notas fiscais e das justificativas apresentadas.

– Minha função é organizar as provas que existem para serem investigadas. Isso não quer dizer que os gastos e os saques sejam irregulares, mas não são normais. Têm que ter uma justificativa – sustentou.

Carlos Sampaio comentou também que muitos documentos ainda não foram enviados à CPI mista pelo governo e que a presidente da comissão, senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), oficiará aos órgãos para que os encaminhem em até 48 horas.

## CPI da Pedofilia examina denúncia na ilha de Marajó

A CPI da Pedofilia requisitará ao Ministério Público e às autoridades judiciais do Pará os resultados das investigações sobre denúncias de exploração sexual de crianças e adolescentes feitas desde 2006 pelo bispo de Marajó, dom Luiz Azcona.

O religioso foi ouvido ontem pelo presidente da comissão, Magno Malta (PR-ES), que esteve na ilha de Marajó acompanhado de dois representantes do Ministério Público de Minas Gerais: o promotor de Justiça da Infância e Juventude, Carlos Fortes, e o promotor de Justiça para Assuntos do Crime Organizado, André Ubaldino.

– Ele [Azcona] nos deu a noção exata de como funciona a exploração sexual no Pará, o tráfico de mulheres para a Guiana Francesa e a exploração infantil. Nós vamos fazer um levantamento e requerer esses dados para saber o que foi providenciado pelas autoridades. As denúncias são feitas desde 2006 – disse à Agência Senado.

Magno Malta informou que também vai requisitar o resultado da apuração das denúncias feitas por dom Luiz Azcona às comissões de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e do Ministério da Justiça.

## Infra-Estrutura deve ouvir Dilma Rousseff em 7 de maio

A ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, deverá ser ouvida pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) em 7 de maio, às 10h. A pauta da audiência pública é o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), mas os senadores opositoristas devem aproveitar a ocasião para questionar a ministra sobre sua suposta participação, ou de seus assessores, na elaboração e no vazamento de um dossiê com informações sigilosas sobre gastos com cartões corporativos do ex-presidente

Fernando Henrique Cardoso.

O requerimento de convocação de Dilma Rousseff, de autoria de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), foi aprovado em 3 de abril. Por meio de um aditamento, os assuntos “dossiê” e “cartões corporativos” foram incluídos na pauta, mas retirados após protestos dos senadores governistas, que ameaçaram submeter o requerimento de convocação ao Plenário.

Em 15 de abril, a CI aprovou novo requerimento convocando Dilma Rousseff para uma



Dilma pode ser questionada pela oposição sobre dossiê com gastos de FHC

José Cruz/Abbr

audiência, dessa vez para falar especificamente sobre o dossiê. Os senadores governistas devem tentar agora, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), anular a convocação.



Tenório comenta desvio de recursos da Assembléia Legislativa alagoana

## João Tenório associa crise a inchaço do Estado brasileiro

João Tenório (PSDB-AL) acredita que a Operação Taturana – que investiga o desvio de R\$ 280 milhões da Assembléia Legislativa de Alagoas – deve suscitar a reflexão sobre o tamanho do Estado brasileiro. Desencadeada pela Polícia Federal e pelo Ministério Público, a operação resultou no indiciamento de dez deputados estaduais, ex-parlamentares e várias outras pessoas, numa “crise de enormes proporções”.

Na avaliação do senador, não se trata de um problema restrito a um dos poderes constituídos em nível estadual, mas, sim, de “uma grave ocorrência gerada a partir dos vícios e do superdimensionamento do Estado do Brasil”.

– Tal é o inchaço do Estado brasileiro, tão surreais são seus custos, que tamanhos disparates têm terreno fértil para eclodir. E pergunto: acontecerão apenas em Alagoas?

## PAC vai garantir saneamento em Cuiabá, diz Serys

Serys Silhessarenko (PT-MT) anunciou a assinatura de contrato, no valor de R\$ 240 milhões, entre a prefeitura de Cuiabá e empresas de engenharia para execução de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

– Com as obras, Cuiabá terá, para os próximos anos, 100% de água captada e tratada, 100% do esgoto coletado tratado e devolvido ao rio Cuiabá, além de obras de infra-estrutura e urbanização de bairros.

As obras, segundo a senadora, fazem parte de um pacote de R\$ 574,5 milhões, anunciado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em visita à capital mato-grossense em 31 de julho passado, e atendem também a ações de saneamento básico nos municípios de Várzea Grande, Rondonópolis e Sinop.

Secretário do Ministério da Integração Nacional defende, durante debate sobre recriação de agência de desenvolvimento, inclusão do Entorno do Distrito Federal

# Senadores do Centro-Oeste são contra área de Minas na Sudeco

Lúcia Vânia (PSDB-GO) manifestou-se ontem, em audiência pública, contra a expansão da área de atuação de uma nova Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), argumentando que, com isso, os recursos seriam pulverizados. Segundo a senadora, essa é a posição de todos os governadores e parlamentares da região.

Durante o debate sobre a recriação do órgão, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) – presidida por Lúcia Vânia –, o secretário de Desenvolvimento do Centro-Oeste do Ministério da Integração Regional, Christian Perillier Schneider, afirmou que o conceito de desenvolvimento sustentável não pode ficar limitado aos estados. No caso da Sudeco, disse, precisaria incluir, pelo menos, o Entorno do Distrito Federal, que abrange três municípios de Minas Gerais.

Por sua vez, Wellington Salgado (PMDB-MG) observou que existe uma significativa evasão de recursos da área do Triângulo Mineiro para Goiás, pois os incentivos oferecidos pela Sudeco atuariam como pólo de atração de empresas, que se transfeririam de Minas para Goiás para desfrutá-los.

Segundo o consultor do Senado Márcio Oliveira, essa pulverização de recursos aconteceu com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Quando o órgão incluiu municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo em sua área de abrangência, houve diluição

dos recursos e dos instrumentos de atuação. Na opinião do consultor, o Triângulo Mineiro tem uma dinâmica econômica própria que não se coadunaria com a sistemática adotada por essas superintendências, voltadas para o desenvolvimento de áreas mais carentes.

Valter Pereira (PMDB-MS) observou que, com relação à Sudeco, existia uma tradição de respeitar a dimensão da Federação, com a distribuição dos recursos nos estados conforme a localização geográfica estabelecida pela Constituição.

– É claro que, se a abrangência for aumentada, os recursos diminuirão. Portanto, sou totalmente contrário a essa política de incluir um pedaço de Minas Gerais na Sudeco, conforme já acontece com a Sudene. Vamos criar coisa nova – propôs.

Lúcia Vânia disse que, desde a extinção da Sudeco, em 1990, a região vive das emendas parlamentares e não dispõe de plano

de desenvolvimento. Assim, argumentou que a nova Sudeco precisaria ter autonomia financeira para funcionar a contento.

Christian Schneider adiantou existir, no Ministério da Integração Nacional, o chamado Plano Nacional de Desenvolvimento Estratégico (PNDE), já pronto, que funcionará sem contingenciamento de recursos, com ênfase na infra-estrutura regional.

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), por sua vez, afirmou que a Sudeco era o farol catalisador do desenvolvimento da região. Mas lamentou que o eixo das ações de desenvolvimento regional tenha sido perdido com a extinção da superintendência.

– Há um item que não se pode perder de vista: autonomia da Sudeco para discutir verbas, projetos de desenvolvimento e gerência de recursos financeiros. Se for um órgão forte, vai ajudar a região; caso contrário, nem vale a pena se dar ao trabalho de recriá-la – enfatizou.



Lúcia Vânia acompanha a exposição de Christian Schneider na audiência pública

## CDR debaterá em audiência a reforma tributária

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) aprovou ontem requerimento de Tasso Jereissati (PSDB-CE) para a realização de audiência pública sobre as questões de desenvolvimento regional relacionadas com a reforma tributária proposta pelo governo.

Tasso Jereissati lembra, na justificativa, que, além da reforma tributária, estão em discussão no Congresso os vetos presidenciais às leis complementares 124, que recriou a Superintendência do

Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), e 125, que recriou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), ambas de 2007. O senador observa que, de acordo com Bernardo Appy, secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, a proposta de reforma tributária aborda o tema relativo ao desenvolvimento regional e à chamada guerra fiscal, contemplando os itens que foram vetados.

Esses assuntos, segundo o Jereissati, devem ser discutidos

pela CDR em conjunto com a Subcomissão da Reforma Tributária, vinculada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Para o debate, serão convidados Bernardo Appy; o ex-ministro Mailson da Nóbrega; os pesquisadores Marcos Holanda, do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Ceará (Ipece), e Maria Helena Zockun, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe); e o professor da Universidade Federal de Minas Gerais Paulo Haddad.



Augusto: programa alavancará economia do sul de Roraima

## Augusto elogia ação do Territórios da Cidadania em RR

Augusto Botelho (PT-RR) destacou em discurso que o programa Territórios da Cidadania, do governo federal, vai destinar R\$ 67 milhões a Roraima, beneficiando famílias que vivem no sul do estado. Executado em todo o país, o programa objetiva estimular o desenvolvimento regional sustentável e garantir o acesso a direitos sociais nas localidades com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

– Com esses recursos, será possível alavancar a economia no sul do estado, além de promover o desenvolvimento socioeconômico de famílias que vivem nos municípios de Caroebe, São Luís do Anauá, São João da Baliza e Caracará – afirmou o senador, salientando que, em seu estado, o programa atenderá uma área de quase 52 mil quilômetros quadrados, onde vivem mais de 33 mil pessoas.

## Mão Santa diz que o Piauí também sofre com a dengue

Ao afirmar que o Piauí também sofre com o avanço da dengue, o senador Mão Santa (PMDB-PI) reclamou do fato de o número real de pessoas infectadas pela doença não ser divulgado pelas autoridades do seu estado.

– Nós vivemos o governo do PT, de muita propaganda, mentira, cacarejamento e enganação.

Segundo Mão Santa, o Piauí está vivendo uma epidemia de dengue, só que, assinalou, os números reais sobre o avanço da doença não são levados ao conhecimento público.

Além de assolado pela dengue, disse ele, o estado ainda sofre com a falta de estradas.

O senador também saudou os prefeitos do Piauí que participaram de simpósio em Picos (PI), com a participação de técnicos do Tribunal de Contas do estado.

Fotos: Geraldo Magela



Geovani Borges justifica projeto de sua autoria

## Geovani defende noções básicas de primeiros-socorros

Se todos soubessem noções básicas de primeiros-socorros, muitas vidas seriam salvas. Com essa afirmação, o senador Geovani Borges (PMDB-AP) justificou, em discurso, a apresentação de projeto de lei (PLS 143/08) que inclui o conteúdo relativo a primeiros-socorros no currículo dos ensinos fundamental e médio.

– O objetivo é habilitar os jovens brasileiros a prestar os primeiros-socorros a pessoas acidentadas. A finalidade do primeiro atendimento é manter os sinais vitais da vítima, evitar o agravamento do seu quadro, dando-lhe conforto físico e psicológico até a chegada da assistência especializada – explicou o senador.

Para Geovani, o ensino direcionado aos jovens ajudaria a torná-los importantes multiplicadores, além de estimular o desenvolvimento do sentimento de responsabilidade e solidariedade.

O representante do Amapá homenageou ainda José Sarney (PMDB-AP) pela passagem, ontem, do seu aniversário.

Presidente da CE diz que o colegiado apresentará um “documento histórico” com o relatório final das diversas audiências realizadas na comissão, propondo um rumo para a educação brasileira

# Cristovam propõe nova entidade internacional para a educação

Os membros da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) vão entregar ao presidente do Senado, Garibaldi Alves, na próxima semana, uma proposta para a educação brasileira resultante de várias audiências públicas realizadas pelo colegiado, segundo comunicou o presidente da CE, Cristovam Buarque (PDT-DF).

– Creio ser um documento histórico – disse o senador, que quer disponibilizá-lo no *site* do Senado.

Cristovam assinalou a sugestão para a criação de uma entidade mundial para a educação – proposta formulada no 2º Seminário Internacional sobre Pobreza e Educação, realizado esta semana com a participação de representantes da Índia, da África do Sul e do Reino Unido, além do Brasil.

Para o senador, o organismo que hoje cuida da educação em nível internacional, a Organização das Nações Unidas para a Ciência, a Cultura e a Educação (Unesco), não dispõe dos recursos necessários para “realizar a revolução educacional nos países que



Cristovam: só a educação levará ao progresso e à liberdade e manterá o equilíbrio ecológico

não têm condições de empreendê-la sozinhos”. Assim, propôs a criação de um imposto sobre o petróleo ou sobre as transações financeiras para financiar uma nova organização mundial com tal incumbência.

O presidente da CE avaliou que os diversos organismos surgidos ao final da 2ª Guerra Mundial para o desenvolvimento econômico foram importantes, mas erraram ao considerar que apenas esse desenvolvimento

resolveria os problemas sociais e a pobreza. Para Cristovam, apenas a educação poderá levar a humanidade a alcançar os três objetivos de que necessita: o progresso, a preservação do meio ambiente e a liberdade.

– O progresso, daqui para a frente, virá do capital. Mas o capital do futuro é o conhecimento inventando as máquinas. Só a educação, além de reduzir o nível de consumo aos patamares que permitam manter o equilíbrio ecológico, é que vai permitir desenvolver ciência e tecnologia capazes de substituir os recursos que são escassos, que vão-se esgotar nos próximos anos. E como ter liberdade sem educação? O que é liberdade de imprensa em um país de analfabetos? Que liberdade de escolha tem quem não sabe ler para entender inclusive a publicidade? – explicou.

Cristovam citou o exemplo do Catar, que usa recursos da exploração petrolífera para desenvolver a educação, “transformando um recurso que se esgotará em um recurso inesgotável”.

## Conferência na Unilegis debate investigação científica

Para dar início à série de palestras deste ano, dentro da programação do Ciclo de Conferências, a Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) reúne, na próxima segunda-feira, às 18h30, professores do seu quadro e da Universidade de Brasília (UnB) para discutir o tema “Investigação Científica: Relatos de Pesquisa”.

Nessa palestra, os professores-pesquisadores Caetano Araújo, Rita de Cássia Leal e Leany Lemos, da Unilegis; e Carlos Pio e Marisa Von Bullow, da UnB, abordarão o mo-

mento da pesquisa acadêmica, em especial os trabalhos científicos que têm o Poder Legislativo como parte do objeto investigado.

O Ciclo de Conferências é aberto aos servidores do Senado, aos alunos dos cursos de pós-graduação *lato sensu* da Unilegis e a outros interessados, explica a vice-reitora acadêmica da Unilegis, Vânia Maione.

Para este ano, estão programados ainda dois eventos dentro do Ciclo de Conferências. No dia 30 de junho, haverá palestras sobre “Políticas Pú-

blicas no Brasil”, com a participação dos professores Marcos Mendes e Leany Lemos, da Unilegis; Maria das Graças Rua, da UnB; e Marta Arretche, da Universidade de São Paulo (USP). O terceiro encontro está programado para 2 de setembro, com o tema “Imagem e Ética na Era Digital”, com a participação dos professores Antônio Carlos Burity e Ana Lúcia Novelli, da Unilegis; e do jornalista e escritor Mário Rosa.

O projeto Ciclo de Conferências foi implantado pela Unilegis em 2003.



Renan: aviador sobreviveu em um campo de concentração

## Renan exalta memória de Othon Correia

Renan Calheiros (PMDB-AL) prestou ontem homenagem ao major-brigadeiro Othon Correia Netto, morto no dia 17 passado, aos 87 anos, no Rio de Janeiro. Nascido em Viçosa (AL), Othon foi um dos poucos brasileiros a sobreviver em um campo de concentração na 2ª Guerra Mundial, na Alemanha, em 1945.

Voluntário do primeiro grupo de aviação de caça, Othon serviu durante a campanha da Itália, tendo realizado 58 missões de combate em um avião P-47, hoje lendário. Acabou abatido pela artilharia antiaérea alemã e levado a um campo de concentração, de onde só foi libertado no final da guerra.

Renan lembrou que, com o encerramento do conflito mundial, o militar prosseguiu sua carreira e exerceu várias funções de comando até dar baixa na Força Aérea Brasileira (FAB), em 1966.

– Saibam que Alagoas tem profundo orgulho de ter tido um nome de sua grandeza, que testemunhou os acontecimentos mais graves do século passado – disse o senador.

## Expedito Júnior aponta Inbra como culpado

Senadores da Subcomissão Temporária sobre a Crise Ambiental na Amazônia visitaram ontem os municípios de Cujubi e Machadinho d'Oeste, em Rondônia, região onde está sendo deflagrada parte da Operação Arco de Fogo, realizada pela Polícia Federal, pelo Ibama e pela Força Nacional de Segurança, com o objetivo de inibir a exploração ilegal de madeira e a devastação de áreas de conservação. Segundo relato de Expedito Júnior (PR-RO) à Agência Senado, a crise vivida nessas localidades seria causada pelo Inbra.

– Estivemos em madeiras que tiveram suas portas lacradas pela Polícia

Federal, desempregando trabalhadores e gerando protestos. Mas, cada vez mais, estamos cientes de que a Operação Arco de Fogo centrou o foco de sua rigorosa fiscalização no alvo errado. Não são as madeiras, ou serrarias, empresários e trabalhadores os culpados por esse quadro no país, e, sim, o Inbra, que tem a responsabilidade de promover a regularização fundiária – afirmou.

Expedito Júnior disse que a responsabilidade do Inbra no conflito local é reconhecida ainda por delegados da Polícia Federal, por representantes do Ibama e por outras autoridades federais e estaduais.

## Demostenes elogia atitude de Jobim

Demostenes Torres (DEM-GO) classificou como “grandeza de estadista” a iniciativa do ministro da Defesa, Nelson Jobim, de considerar “caso encerrado” o episódio envolvendo o comandante militar da Amazônia, general Augusto Heleno Ribeiro Pereira. Críticas feitas por Heleno à política indigenista do atual governo acabaram por criar uma polêmica com autoridades da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

– O doutor Jobim prestou enorme serviço



Demostenes: ministro considerou encerrado o caso general Heleno

à nação ao dissipar a sanha revanchista preparada para fabricar uma crise militar. Em vez de calar o pensamento coerente do general Heleno com os objetivos nacionais, o ministro da Defesa, ainda que de forma colateral, desligou o microfone dos burocratas dos Direitos Humanos – disse o parlamentar.

Demostenes indagou aos senadores o que haveria de errado nas declarações do general, feitas no Clube Militar, no Rio de Janeiro, semana passada.

Participantes de audiência afirmam que muitos empregados domésticos sofrem abuso por desconhecer seus direitos – reduzidos em relação aos dos demais trabalhadores



Na foto (à esquerda), Jorceli, Creuza, Eloi Ferreira, Fátima Cleide, Ezequiel e Alci Matos participam de audiência na CDH. À direita, a bancada da comissão

## Leis discriminam trabalhador doméstico, denuncia federação

Em audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH), a presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), Creuza Maria Oliveira, apontou o caráter opcional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), a falta de cobertura legal para acidentes de trabalho e a inexistência de imposto sindical como evidências do tratamento discriminatório da legislação enfrentado pelo trabalhador doméstico no país.

Creuza também informou que mais de 500 mil crianças e adolescentes brasileiros prestam serviço em residências, sem qualquer acompanhamento, e sofrem diversos tipos de violência física e psicológica, ficando longe de suas famílias e fora da escola.

A presidente da Fenatrad acrescentou que muitas domésticas, principalmente as que moram no local de trabalho, enfrentam jornadas de até 16 horas, o que afasta muitas delas da escola e da possibilidade de qualificação.

Autora do requerimento para a realização da audiência, Fátima Cleide (PT-RO) afirmou que a realização do debate integra as comemorações do Dia Nacional dos Trabalhadores Domésticos, celebrado em 27 de abril.

O secretário de Políticas Públicas

de Emprego, do Ministério do Trabalho, Ezequiel Souza do Nascimento, observou que cerca de 75% dos empregados domésticos no Brasil trabalham sem carteira assinada. Ele disse ainda que ampliar a formalização para os cerca de 6,7 milhões de empregados do setor “é um desafio do governo e de toda a sociedade”. Para Jorceli Pereira, diretor do Regime Geral do Ministério da Previdência Social, mesmo uma parcela dos trabalhadores domésticos com carteira assinada não contribui com a Previdência Social, deixando de ter vários direitos.

O secretário-adjunto de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Eloi Ferreira, ressaltou a predominância de mulheres negras entre os empregados domésticos. Cristovam Buarque (PDT-DF) acrescentou que as dificuldades de acesso à educação aumentam as desigualdades sociais.

Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou a criação de política de habitação para as trabalhadoras domésticas no âmbito do Ministério das Cidades. Já Alci Matos Araújo, diretor da Confederação dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (Contrac), cobrou do governo uma política pública para os trabalhadores domésticos.

## Conscientização, arma para defender direitos violados da categoria

A representante da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Maria Elisabete Pereira, defendeu, em audiência na CDH, alteração da Constituição para garantir aos empregados domésticos os mesmos direitos dos demais trabalhadores.

De acordo com o representante da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Ivair dos Santos, muitas vezes as empregadas domésticas não conhecem seus direitos, não têm consciência de que estão sendo submetidas a condições de abuso, como elevada carga horária, e consideram normal a situação. A representante da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Solange Sanches, sugeriu que as entidades representativas dêem maior assessoria para que essas trabalhadoras conheçam e cobrem seus direitos.

A ex-senadora Emília Fernandes, presidente do Fórum de Mulheres do Mercosul, afirmou que, apesar de a legislação brasileira ser uma das mais avançadas do mundo no que diz respeito aos direitos dessas trabalhadoras, ainda faltam políticas públicas que efetivem tais direitos. Emília propôs a inclusão, no formulário do Imposto de Renda, de campo para dados sobre se o declarante emprega ou não trabalhador doméstico.

– Se a sonegação [de informação, de impostos] é crime, também é crime a sonegação de direitos – ressaltou.

## Casagrande propõe comissão mista sobre reforma política

A criação de uma comissão mista temporária para tratar da reforma política foi proposta pelo líder do PSB no Senado, Renato Casagrande (ES).

De acordo com a requisição do senador, a comissão seria composta por 11 senadores e 11 deputados. Casagrande disse considerar “indiscutível a necessidade de o Congresso promover uma reforma constitucional e infraconstitucional do sistema político-eleitoral”.

– A reforma do arcabouço legal político-partidário é imperativa diante da necessidade, primeira, de se resgatar o papel do Poder Legislativo frente ao Estado e à sociedade. Deveriam os políticos promoverem ainda uma autocrítica a respeito de sua postura, quando a rejeição popular ao Parlamento denuncia um modelo esgarçado de fazer política – afirmou.

Entre os principais temas a serem discutidos pela comissão mista, na opinião do senador, devem estar o



Casagrande: reforma é imperativa para elevar imagem do Congresso

papel dos partidos políticos, a fidelidade partidária, os financiamentos públicos e privados das campanhas, a suplência no Senado e o sistema de votação

Com relação à reeleição, Casagrande mostrou-se disposto a aceitar a possibilidade de chefes do Executivo, nos três níveis, concorrerem a mais de um mandato, sob a condição de se afastarem do cargo com antecedência adequada.

Em apartes, Sibá Machado (PT-AC), João Pedro (PT-AM) e Mão Santa (PMDB-PI) manifestaram seu apoio ao pronunciamento de Casagrande.

## João Pedro quer discutir mudanças tributárias

João Pedro (PT-AM) defendeu um esforço do Congresso para realizar amplo debate sobre a reforma tributária até 17 de julho, quando termina o semestre legislativo.

Para o senador, a discussão antes do recesso permitirá a conclusão da reforma após as eleições municipais, o que dará ao país um novo quadro de organização econômica e representatividade política.

– A prioridade do Congresso Nacional, neste exato momento, é enfrentar o debate da reforma tributária, não apenas internamente, mas com a sociedade brasileira – conclamou.

Para João Pedro, a reforma tributária é importante, especialmente, pela possibilidade de superação da distância que separa a sociedade da distribuição de renda.

No entender do senador, uma mudança profunda no sistema tributário “fará justiça do ponto de vista da



João Pedro espera que debate ocorra antes do recesso de julho

arrecadação e da aplicação dos impostos”.

João Pedro disse ter ficado satisfeito com a escolha do presidente e do relator da comissão que vai tratar do assunto na Câmara, os deputados Antonio Palocci (PT-SP) e Sandro Mabel (PR-GO), respectivamente.

– Espero que a comissão comece a trabalhar e que o Congresso faça um debate profundo, um debate com compromisso, com um olhar democrático, comprometido com as questões sociais e com a repartição justa da renda no país – declarou.

## CDH debaterá demarcação de terra indígena em Roraima

Um debate sobre a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, localizada em Roraima, será realizado na Comissão de Direitos Humanos, por requerimento de Sibá Machado (PT-AC) aprovado ontem. Deverão ser convidados para a audiência o antropólogo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Eduardo Viveiros de Castro; o indigenista Sydney Possuelo; a advogada Joênia Wapixama, integrante da delegação brasileira no Fórum Per-

manente dos Povos Indígenas da ONU; e o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Márcio Meira.

Também ontem, a CDH decidiu que participará de audiência conjunta para discutir propostas sobre o “depoimento sem dano”, procedimento que tem como objetivo evitar a exposição, durante processo judicial, de criança ou adolescente vítima ou testemunha de abuso sexual.

Outro requerimento acolhido pela

Comissão de Direitos Humanos, de autoria de José Nery (PSOL-PA), visa incluir a representante da Via Campesina Rosângela Piovizani entre os participantes do encontro que debaterá a nova legislação referente ao trabalhador rural.

O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), comunicou que a Comissão da Amazônia da Câmara convidou os integrantes da CDH para reunião sobre o tráfico de mulheres na Amazônia.